

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 165.121 - PR  
(2012/0073134-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**AGRAVADO : J C DA S**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE KNOPFHOLZ E OUTRO(S) - PR035220**  
**GUILHERME DE OLIVEIRA ALONSO - PR050605**

**DECISÃO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ** agrava da decisão que inadmitiu o recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele Estado**, na Denúncia Crime n. 607.156-7.

Em seu apelo nobre, o recorrente alega violação dos arts. 150, § 4º, III, 26, III e parágrafo único, ambos do Código Penal, 381, III, 619 e 620, todos do Código de Processo Penal, em razão de acórdão proferido pela Corte estadual, que rejeitou denúncia oferecida em desfavor da ora agravada, pela suposta prática dos delitos de invasão de domicílio (art. 150, §§ 2º e 4º, III, do Código Penal) e de abuso de autoridade (art. 3º, "b", da Lei n. 4.898/1965).

O especial foi inadmitido em juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal, às fls. 782-786, opinou pelo desprovimento do agravo.

**Decido.**

Da análise dos autos, verifico a ocorrência de causa extintiva da punibilidade, consistente na prescrição da pretensão punitiva estatal, o que prejudica a apreciação do mérito do agravo em recurso especial.

A agravada, por fatos ocorridos em 27/11/2008, foi denunciada pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 150, §§ 2º e 4º, III, do Código Penal e 3º, "b", da Lei n. 4.898/1965. Em sessão realizada no dia 3/6/2011, o Tribunal de origem, em conformidade com o disposto nos arts. 6º da Lei n. 8.038/1990 e 395, III, do CPP, votou pela improcedência da incoativa.

# Superior Tribunal de Justiça

De acordo com o art. 109 do Estatuto Repressivo, "A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime" e, ainda, segundo dispõe o art. 111, I, do mesmo *Codex*, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o crime se consumou.

Como a denúncia não foi recebida, não houve causa interruptiva da prescrição, à luz do que dispõe o art. 117 do CP.

Assim, a considerar que a pena máxima em abstrato para o delito de invasão de domicílio, acrescida da causa de aumento do § 2º do art. 150 do CP é de 2 anos e 4 meses de reclusão, a pretensão punitiva prescreve em 8 anos (art. 109, IV, do CP) e, quanto ao crime de abuso de autoridade, a sanção máxima prevista é de 6 meses de detenção, que prescreve em 2 anos (art. 109, VI, do CP, com a redação anterior à Lei n. 12.234/2010).

Dessarte, *in casu*, entre a data dos fatos, ocorridos no dia 27/11/2008 (fl. 7), e o dia atual, transcorreram mais de oito anos.

Dessa forma, o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa, é medida que se impõe.

Na hipótese dos autos, não há falar em interrupção, porque não houve condenação diversa: o Tribunal de origem, ao julgar a apelação exclusiva da defesa, deu provimento em parte à insurgência, apenas para diminuir a reprimenda.

Assim, por ser matéria de ordem pública, que pode ser reconhecida em qualquer fase processual, declaro, de ofício, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal e, por consequência, a extinção da punibilidade da recorrida quanto aos crimes dos 150, §§ 2º e 4º, III, do Código Penal e 3º, "b", da Lei n. 4.898/1965 (Processo n. 607.156-7).

À vista do exposto, **declaro extinta a punibilidade da recorrida** pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, nos termos do art. 107, IVb do Código Penal e, em consequência, **julgo prejudicado** o presente agravo em recurso especial.

Oficie-se à Corte originária, bem como ao Juízo de primeiro grau, para comunicar o teor desta decisão.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intímese.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

